

Congresso não deve aprovar aumento de impostos para 1994, diz Delfim Netto

por Sandra Gomide
de São Paulo

O ex-ministro do Planejamento e atual deputado federal Antonio Delfim Netto (PPR) afirmou na última sexta-feira que não acredita que o Congresso Nacional aprove o projeto do governo de aumentar impostos para garantir receita em 1994.

Para o deputado, essa medida dificilmente produziria efeitos positivos para a economia, já que o aumento das alíquotas de tributos como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) iria causar uma diminuição dos investimentos e, conseqüentemente, dos níveis de emprego e de renda da população.

“Essa proposta do governo é autodestrutiva. Cobrar mais impostos não vai diminuir o rombo orçamentário para o ano que vem, pois o desequilíbrio orçamentário é resultado do aumento dos gastos operacionais do governo e não adianta aumentar a receita tributária sem cortar despesas”, afirmou. Segundo ele, neste ano o governo está gastando o equivalente a US\$ 800 milhões por mês com a folha de pagamento e a previsão para o ano que vem é de US\$ 2 bilhões.

O deputado não concorda com a cifra de US\$ 25 bilhões estimada pela equipe econômica para o déficit orçamentário de 1994 — que seria o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB). “Nem o próprio ministro Fernando Henrique Cardoso confirma esse número. Se aprovarmos essa alteração dos impostos estaremos dando 7% do PIB para o pagamento de salários, sem aumento da produção ou empregos”, disse ele, acrescentando que hoje o País opera com 76% de sua capacidade de produção, taxa que chegou a 86% no período anterior à crise econômica.

Para ele, isso é um efeito da própria política econômica, que mantém altas as taxas de juro e acaba inibindo a produção. “Se estivessemos produzindo a pleno vapor não teríamos déficit orçamentário”.

Uma das únicas alternativas seria, na visão do ex-ministro, promover uma política de estabilização econômica para depois tentar equilibrar o orçamento. A primeira coisa a fazer, em sua opinião, seria a utilização do dólar como âncora para a fixação de preços e, a partir de um quadro estável, adotar medidas para combater o déficit nas contas públicas.